

O Atendimento Psicológico e a Cultura: O que é Preciso Pensar

Suzana Souza Pastori
*Departamento de Psicologia
Clínica/CFCH/UFPA*

Resumo: Este trabalho discute algumas questões referentes ao atendimento psicoterapêutico e às diferenças culturais. A análise cultural tem se tornado elemento indispensável para o profissional da clínica psicológica, sobretudo para aquele que atende clientes de baixa renda, pois possibilita a reavaliação constante do referencial teórico e prático da psicoterapia. As diferenças culturais consideradas em sua relação com o atendimento psicoterapêutico são analisadas a partir dos seguintes referenciais: sistemas de fala, noções de cura, tempo-memória, causalidade e indivíduo.

Palavras-Chave: psicoterapia, diferenças culturais, identidade psicológica.

Psychological Counseling and Culture: What must one Think

Abstract: This article addresses some questions dealing with psychotherapeutic counseling and cultural differences. Cultural analysis has become an indispensable tool for clinical psychologists, especially those who work with lower-income clients because it makes constant reevaluation possible between psychotherapeutic theory and practice. Cultural differences are considered from the following reference points: speech systems, notions of cure, temporal memory, causality and individuality.

Key Words: psychotherapy, cultural differences, psychological identity.

No Brasil, há alguns anos, têm sido desenvolvidos trabalhos que tratam da relativização em torno do tratamento psicológico. A discussão sobre diferenças culturais, segundo um trabalho de Costa (1989), foi durante muito tempo vista como "coisa de índio" e mantida, exatamente por isso, como pertencente a um outro cenário, pelo menos bem distante dos consultórios e ambulatórios psicológicos ou psiquiátricos. Foram trabalhos de alguns autores (Bezerra Jr., 1982; Duarte & Ropa, 1985; Figueira, 1981), além de Costa, citado acima, que levantaram a discussão de questões como etnocentrismo, o indivíduo, o

atendimento psicológico às classes trabalhadoras etc, que foram mudando o panorama das questões referentes ao tratamento psicológico. A diferença cultural passou a ser um dado importante para o profissional da área "psi" (abrangendo a psicologia, a psiquiatria e a psicanálise), sobretudo para aqueles que se preocupavam com o atendimento ao cliente proveniente de outra classe social, ou pelo menos de classe diferente da qual pertence o terapeuta. Alguns discursos igualitaristas devem ter contribuído para a cegueira em torno desta questão, como se a preocupação social (ou com o social) impossibilitasse o reconhecimento das diferenças. Não reconhecendo diferenças, tudo se torna igual. Ou, talvez, trazendo a discussão para perto de uma compreensão psicanalítica da questão, seja exatamente a necessidade narcísica de encontrar sempre alguém ou alguma coisa que seja semelhante a "mim mesmo", que tenha, durante tanto tempo, e para muitos até hoje, impedido de tornar a análise das diferenças culturais condição imprescindível para o tratamento clínico-psicológico.

Antes de entrar mais efetivamente nas considerações a respeito da relativização do tratamento psicológico, seria importante apresentar um outro aspecto que de certa maneira também faz parte da questão relativa às diferenças culturais. As pessoas, de um modo geral, mesmo vivendo no interior de uma mesma sociedade, apresentam particularidades intrínsecas que as tornam diferentes umas das outras, em função da sua história, de seu contexto cultural específico, de sua origem etnológica. Em função disso, mantêm características próprias de atitudes e sobretudo de escolhas. Segundo trabalho desenvolvido por Figueira (1978) sobre as terapêuticas

a sociedade põe à disposição de seus membros, nos períodos de doença, desequilíbrio ou períodos críticos, diversas formas de resolver tais dificuldades, podendo ser chamados, por isso, de terapêuticas.

Nesta classificação, inclui-se toda e qualquer forma de resolver o período de crise, desde que sua eficácia seja garantida por determinado segmento da sociedade (grupos e subgrupos).

Neste artigo, referindo-se às idéias desenvolvidas por Lévi-Strauss (1975) em torno de Xamanismo e Psicanálise, Figueira (1978) analisa a variedade de sistemas simbólicos existentes numa sociedade, caracterizando as sociedades complexas pela multiplicidade de referências simbólicas diferentes. O que garante o valor e, portanto, a

positividade de determinada terapêutica é a crença depositada na sua eficácia; e isso é particular, é uma questão de escolha, referendada, evidentemente, por um grupo onde o indivíduo encontra apoio. A questão do valor, aqui, não é colocada em função do julgamento em torno da cientificidade da terapêutica; não se está falando apenas em psicoterapia, a análise tem uma abrangência maior, procurando abarcar um universo para além da querela cientificista, incluindo indivíduos que estão longe de resolver seus problemas nos moldes "científicos". Por isso, fala-se em terapêuticas e não psicoterapêuticas. Pensar na abrangência da prática psicoterápica é colocá-la como produto cultural, relativizando seu universo e incluindo-a, por uma necessidade de análise, entre as demais práticas terapêuticas que a cultura produz. O valor do qual se fala é estabelecido em função exatamente de sua abrangência; a escolha de determinado produto cultural se faz a partir de uma referência coletiva, vinculada evidentemente à crença no seu sucesso. O fundamental para o profissional da clínica psicológica é o estabelecimento dos limites de sua atividade, os quais se dão em função de que, num mesmo universo social, coexistem uma variedade de sistemas simbólicos que conferem a significação necessária à eficácia da terapêutica.

O QUE É PRECISO PENSAR

Para se trabalhar na clínica psicológica é preciso que algumas questões iniciais sejam tomadas como básicas no direcionamento do trabalho terapêutico.

A angústia inicial de todo psicoterapeuta que está em vias de se deparar com o cliente se dá, em parte, por achar que não domina todas as regras previstas nos manuais terapêuticos e, portanto, não saberá o que fazer. E isso, geralmente, vem associado a uma dose de insegurança pessoal para além dos manuais, ou, pelo menos, para além do que é possível ser sabido. Particularmente, para aquele profissional ou estagiário que tem por opção o atendimento psicológico às classes desfavorecidas, é de fundamental importância levantar-se alguns pontos cuja discussão parece imprescindível.

Lo Bianco (1992) sistematizou as principais questões relacionadas ao atendimento psicológico as quais levam em consideração, sobretudo, as diferenças culturais apresentadas numa relação terapêuti-

ca. Os itens apresentados por Lo Bianco são os seguintes:

- 1) Sistemas de fala.
- 2) Noção de cura.
- 3) Noção de causalidade.
- 4) Noção de tempo-memória.
- 5) Noção de indivíduo.

1) SISTEMAS DE FALA

As questões relativas aos chamados sistemas de fala foram desenvolvidas, sobretudo, por Basil Bernstein num trabalho intitulado *Classe Social, Sistemas de Fala e Psicoterapia* (1980). Nele, Bernstein desenvolve a idéia de que “diferentes estruturas sociais geram diferentes sistemas de fala” (p. 234), o que quer dizer que é em função das particularidades que cada grupo social vivencia, organiza modos específicos de expressar essa vivência. Assim, uma criança de classe média que possui um quarto para si, que cedo vai para uma creche ou pré-escola, cujos pais dispõem de algum tempo para falar, perguntar, enfim, prestar atenção nela, certamente desenvolverá uma linguagem mais capaz de expressar sua experiência pessoal com palavras que denotem sentimentos e uma referência à singularidade de sua experiência pelo uso do pronome pessoal. Nos membros das classes economicamente desfavorecidas, onde os espaços físicos são partilhados por muitos, onde os pais não dispõem de tempo, nem paciência, nem vontade para dispensar aos filhos, onde a escola é uma exigência à sobrevivência futura, ou uma forma de garantir uma refeição diária através da merenda escolar, a linguagem desenvolvida torna-se restrita e expressa muito mais uma experiência coletiva do que pessoal; a forma de expressão se caracterizará por ser menos verbal, utilizando-se menos palavras.

O código lingüístico desenvolvido pelos membros das classes inferiores não facilita a elaboração verbal de significados; a emoção torna-se algo mais distante das palavras. Este código determina também que a relação social seja menos ambígua, com posições claras e definidas, onde a autoridade tem papel fundamental e onde se privilegia a solidariedade grupal; a experiência torna-se algo partilhado por muitos e, portanto, expressa como experiência de grupo em detrimento de uma experiência singular, característica da classe média. Uma mesma

pessoa pode se deparar com mais de um código, porém existem pessoas que se limitam a um código apenas. A aprendizagem da fala e do código a ela subjacente, determina a apreensão de uma identidade social.

Quando o código é restrito e, portanto, as opções sociais limitadas, os interesses e as identificações são partilhados por muitos; a identidade social e cultural torna-se forte, já que as experiências que cada indivíduo vivencia são semelhantes à de muitos outros. A fala denota exatamente este tipo de experiência de vida, onde não é preciso dizer muito, pois a experiência partilhada já traz explícitas identificações que prescindem de palavras.

A relação estabelecida entre a autoridade e a interação verbal é outro aspecto significativo. Bernstein (1980) caracteriza dois tipos de relação de autoridade que se estabelecem entre as pessoas. Um tipo orientado para a pessoa e outro orientado para o status. As crianças que são educadas no tipo orientado para a pessoa aprendem que sua conduta está relacionada aos sentimentos dos pais ou responsáveis pela educação ou então ao significado e importância de seu ato. Isso faz com que ela aprenda a refletir sobre o seu comportamento e, conseqüentemente, a elaborar verbalmente o significado de sua conduta. As crianças cuja educação tem por base um tipo de relação orientada para o status aprendem a relacionar suas atitudes a uma lei, como sexo, idade etc., onde não aprendem a refletir sobre seu comportamento, onde a lei ou as regras sociais são preestabelecidas, devendo ser aceitas, simplesmente. O ato de rebelar-se torna-se um desafio à cultura, já que as leis são remetidas a ela, e isto faz com que a atitude requeira punição pelos responsáveis e as relações pessoais enfatizem o poder. Em vez de se desenvolver na criança a intencionalidade de sua conduta, como no tipo pessoa, o tipo status desenvolverá a questão relacionada à conseqüência de seus atos. A fala que se desenvolve a partir daí tende a expressar a criança na relação, em detrimento de seu aspecto pessoal, portanto ela se caracterizará por ser menos verbal, ou extra-verbal.

Os códigos restritos tendem a sinalizar muito mais as semelhanças do que as diferenças numa experiência, portanto privilegiam a identidade social em detrimento da identidade pessoal. Os códigos elaborados dependem menos do ouvinte, exatamente porque delimitam a diferença; a menor dependência do ouvinte se dá justamente por causa da elaboração verbal do significado: “para produzir um código elabo-

rado, a pessoa deve ser capaz de suportar a medida do isolamento social inerente às relações sociais que tais comunicações geram" (Bernstein, 1980:242).

No final do trabalho, Bernstein conclui que para as pessoas de código restrito, a relação psicoterápica torna-se difícil devido ao fato dela valorizar a elaboração verbal da experiência de vida e portanto a identidade pessoal (Bernstein, 1980). O paciente de código restrito deverá, ao longo do tratamento psicoterápico, trocar de código.

2) NOÇÃO DE CURA

A noção de cura pode ser pensada segundo a posição que Bezerra Jr. (1982) desenvolve, seguindo também, como Lo Bianco (1992), os mesmos itens fundamentais para pensar a psicoterapia e a questão cultural.

As idéias desenvolvidas por Bezerra Jr. e por Costa (1989) estão ligadas à noção de "projeto psicoterápico". Para Bezerra Jr. (1982, p. 21), "projeto psicoterápico é a operação mental que permite ao terapeuta e ao paciente anteciparem na consciência o andamento e os resultados do processo terapêutico". Esta noção traz, de forma explícita, a idéia de que ao iniciar o processo terapêutico, tanto o paciente quanto o terapeuta têm uma idéia a respeito do que esperam do tratamento. O que não é evidente, e parece importante, é que na maioria das vezes, ambos, paciente e terapeuta, acreditam de modo implícito que suas idéias particulares a respeito de seus projetos são partilhadas pelo outro. Esse autor ressalta esse momento como sendo crucial, pois cada projeto psicoterápico caracteriza diferentes maneiras de "inserção social", o que, em última instância, determina a particularidade de cada projeto.

Costa (1989) enfatiza a questão acima, mostrando que para que o projeto psicoterápico do cliente e do terapeuta possam coincidir, é necessário que ambos tenham concepções equivalentes de cidadania, o que nem sempre acontece. O terapeuta deve se desvencilhar de uma atitude etnocêntrica muitas vezes assumida, para poder perceber que as diferentes inserções culturais determinam a constituição de indivíduos com experiências de vida distintas entre si e que esta diferença é fundamental na construção de suas expectativas diante da cura de seu mal.

As idéias mencionadas anteriormente contêm alguns aspectos

importantes para uma reflexão sobre a cura. A maneira como cada pessoa sente e percebe o mal-estar que a acomete está diretamente ligada à forma como ela está familiarizada a lidar com o seu corpo e com sua intimidade. A caracterização do estado patológico e os tratamentos possíveis para ele são frutos de universos culturais onde cada indivíduo aprendeu a construir sua significação.

O que Bezerra Jr. (1982) expressa em termos de "desejo de cura", para muitos indivíduos, não está apenas relacionado à experiência do sofrimento, da dor psíquica, mas a uma certa desorientação. Percebe-se que essa desorientação é fruto da organização das chamadas sociedades complexas, onde os indivíduos encontram uma diversidade muito grande de referenciais simbólicos diferentes. As sociedades complexas privilegiam conhecimentos e práticas ditas científicas, desvalorizando outros saberes e práticas, o que faz com que muitas pessoas procurem um tratamento psicoterápico em busca de uma competência muito mais do que uma cura. A noção de competência aqui é retirada do que Boltanski compreende como "competência psicológica", ou seja, a "apropriação do vocabulário e dos métodos de diagnóstico da psicopatologia clínica" (Boltanski apud Bezerra Jr., 1982).

Por outro lado, a questão da saúde está ligada à forma como cada pessoa aprendeu a suportar a dor e aos investimentos com os quais foi habituada a se tratar. Nas classes trabalhadoras, isso está diretamente ligado ao uso do corpo, o que remete à capacidade de trabalhar. É preciso compreender essa referência utilizada pelas populações de baixa renda; o "corpo trabalho" está bastante distante do "corpo prazer", tomado pela classe média (Costa, 1989). Costa apresenta uma contribuição a esse respeito ao se referir à "construção da identidade psicológica". Não cabe aqui uma análise profunda sobre esse conceito, tendo em vista que será retomado adiante; esclarece-se, apenas, que ele está na raiz da construção do processo identificatório de todo ser humano e que é sentido, enquanto conflito, como desvio da normalidade. A identidade psicológica diferiria de qualquer outro tipo de identidade (racial, política etc.) porque estaria na construção da identificação do ser humano com seus semelhantes; é um "sistema de representações que se mostra à consciência do sujeito como um predicado universal e genérico, definidor do humano" (Costa, 1989, p. 22). A maneira como a classe trabalhadora constrói sua identidade psicológica está referida a uma certa concepção e uso de seu corpo,

priorizando-o enquanto objeto de trabalho. Essa noção de identidade psicológica permite uma análise do conflito psicológico do cliente da classe trabalhadora porque possibilita que o que é dito na "superfície da fala" possa ser compreendido a partir dos elementos subjetivos com os quais todo indivíduo constrói sua identidade ego narcísica.¹

Retomando a idéia acerca do projeto psicoterápico desenvolvido por Bezerra Jr. (1982), a diversidade cultural compreendida como diferença em termos de concepção de saúde aponta para expectativas também diferentes com relação à cura, a qual pode estar ligada à "recuperação da capacidade de trabalhar", valorizando desta forma a reconstrução da "identidade ego narcísica" pela referência corpo-trabalho, que é a base da estrutura egóica.

As idéias discutidas anteriormente, retiradas sobretudo dos trabalhos de Bezerra Jr. e Costa, devem ser tomadas como referências para o psicoterapeuta, principalmente para aquele que atende à população de baixa renda (Bezerra Jr, 1982; Costa, 1989). Essas contribuições configuram uma dimensão essencial do trabalho psicoterapêutico, em primeiro lugar porque a compreensão significativa sobre diversidade cultural questiona a atitude etnocêntrica da figura do psicoterapeuta, fazendo-o desvencilhar-se de sua posição narcísica de tomar como referência o seu próprio *ethos* como forma de compreensão e direcionamento do processo psicoterapêutico, em segundo lugar porque há aí o necessário esforço pela compreensão da cultura, pelo entendimento da fala do outro como portadora de uma diferença essencial.

3) NOÇÃO DE CAUSALIDADE

O psicoterapeuta deve procurar as causas do conflito de seu cliente para além dos preceitos adotados regularmente pelo pensamento científico. As psicoterapias aprenderam a analisar as causas do mal psíquico através de uma nosografia pré-determinada pela classificação psicopatológica, onde os sintomas são pré-fixados pelas características da "doença". A compreensão da sintomatologia, de um modo geral, está ligada a uma maneira específica de conceber o distúrbio psicológico, cuja origem remonta aos conflitos familiares e sexuais ligados à infância.

¹ A Noção de identidade ego narcísica está aqui referida à idéia de narcisismo e à construção da instância egóica desenvolvida por Freud a partir de seu texto sobre o narcisismo (Freud, 1976).

Assim, é exatamente o entendimento desse lugar de origem dos conflitos psicológicos que deve ser compreendido. O cliente da classe desfavorecida geralmente apresenta uma "consciência fragmentada da doença" (Costa, 1989). Essa consciência fragmentada é fruto de uma experiência de vida que se caracteriza por um descompromisso com uma ordenação lógico-racional das idéias. É dessa forma que, ao tentar uma compreensão do conflito que o atormenta, o cliente busca, através da maneira como aprendeu a construir significações, uma certa ordenação dos acontecimentos. Sendo assim, a causa do mal psíquico pode ao mesmo tempo ter sido determinada por um mau-olhado, por uma queda, por alimentos misturados impropriamente, por entidades místicas, por todas elas simultaneamente, e assim sucessivamente. Para sucesso do empreendimento psicoterápico, de nada adianta fazer a "tradução" desses acontecimentos para causas familiares ao linguajar da psicoterapia, o conflito familiar ou edípico. Este pertence a uma forma estereotipada, divulgada através do que se conhece por "cultura psicanalítica". A compreensão do que o cliente diz está ligada ao sentido expresso através das palavras, ao seu valor determinado pela inserção cultural.

Não existe doença independente de seu modo de expressão. A idéia de causalidade faz parte da maneira como a doença se constrói. A representação da causalidade é indissociável da subjetividade que a produz (Costa, 1989, p. 20).

Essas questões poderiam inviabilizar a própria psicoterapia como tratamento eficaz para alguns clientes, o que de fato, às vezes, acontece. Porém, o fato de procurar uma psicoterapia já traz em si a possibilidade de a "explicação científica" encontrar algum espaço de aceitação para o cliente (Costa, 1989). As divergências culturais dos pares envolvidos na psicoterapia podem, porém, ampliar-se com relação à causalidade do mal psíquico, sobretudo no tocante à localização das causas, que podem ter origem orgânica, psicológica, podem se originar da família, do espaço sobrenatural, e assim sucessivamente. Assim, segundo o ponto de vista do cliente, sua "doença" pode ter sido ocasionada por conflitos familiares na infância ou em outro momento da vida; pode também ter se originado a partir da inveja de alguém que realizou um trabalho (um feitiço) para prejudicá-lo; pode ainda ter sido produzida por um espírito que por alguma razão afetou sua vida. A

eficácia do tratamento depende da compreensão do significado dessas causas e na forma como o "eu" da pessoa é afetado por elas; depende também da familiaridade com que o cliente é capaz de lidar com o espaço psicoterápico e com tudo o que envolve o contrato terapêutico. É de fundamental importância, portanto, para o terapeuta, conhecer o universo cultural onde empreende seu trabalho, a fim de que a fala de seu cliente possa ser compreendida em função da significação afetiva que as palavras expressam.

4) NOÇÃO DE TEMPO-MEMÓRIA

É sempre uma questão que impulsiona a busca de um conhecimento. Uma resposta apenas não é suficiente para que uma questão desapareça; são necessárias muitas respostas, que na verdade são apenas possibilidades. Os trabalhos de pesquisa geralmente procuram respostas para uma questão.

Na experiência de pesquisa de campo na invasão "Riacho Doce", em Belém, onde vivem pessoas de baixa renda, em sua maioria oriundas do interior amazônico, intrigou-nos o silêncio diante da indagação sobre sua vida passada, antes da vinda para Belém. Havia um certo constrangimento em falar, em dizer de sua história no interior. A partir daí, o silêncio desse indivíduo migrante passou a constituir questão (Pastori, 1994).

O item sobre tempo-memória, em Bezerra Jr., segue o mesmo preceito dos outros itens com relação à relativização em torno das diferenças culturais. Em seu projeto, Bezerra Jr. afirma que "a capacidade de rememorar é um atributo do ser humano, mas a qualidade e quantidade de rememoração não são atributos naturais" (Bezerra Jr, 1982, p. 36). É a cultura que determina o que lembrar, que impõe restrições a algumas lembranças e permite outras, que regula, enfim, aquilo que cada pessoa recorda de seu passado.

A questão da rememoração é de fundamental importância para a psicoterapia e se relaciona de modo intrínseco às causas atribuídas ao mal psíquico. Também aqui o psicoterapeuta deve se desencilhar de sua atitude etnocêntrica ao tentar hierarquizar a dimensão cronológica da existência de seus clientes. O psicoterapeuta está habituado a buscar a causa dos males de seus clientes no que eles recordam de sua história infantil relacionada ao conflito familiar. O valor dado à

autobiografia provém de uma experiência de valorização da pessoa enquanto ser singular, o que é remetido à noção de indivíduo. Esse termo recebe aqui uma conotação diferente da que comumente é usada no senso comum, onde indivíduo caracteriza a pessoa humana, qualquer pessoa, um atributo genérico. Indivíduo aqui refere-se a um modo de ser da pessoa e está relacionado à ideologia do individualismo.

Na dimensão da temporalidade, o futuro também adquire características distintas, conforme a experiência de vida de cada pessoa. O desenvolvimento da autonomia pessoal concorre para a possibilidade de tomar o futuro como elemento essencial (em termos de planos, projetos, ideais) na determinação da significação presente.

Analisar o sentido que o tempo tem para os clientes, leva à compreensão das causas do seu mal, assim como à previsão do modo como eles pensam ser possível a cura desse mal.

A questão da técnica deve remeter o psicoterapeuta à dimensão temporal como elemento não apenas econômico do tratamento psicoterapêutico, mas a uma dimensão em que se procura avaliar também a significação do tempo para o cliente.

5) NOÇÃO DE INDIVÍDUO

A noção de indivíduo (elemento central da discussão referente à análise da questão cultural e sua importância para a prática da psicoterapia) perpassa todos os elementos aqui analisados; é completamente indispensável o seu entendimento, sobretudo para aqueles profissionais preocupados com o atendimento à classe trabalhadora.

A primeira questão a ser esclarecida é que a noção de indivíduo, aqui considerada, refere-se às características gerais do homem da modernidade e não ao sujeito da fala, o termo genérico com o qual se designa todos os seres humanos, ou qualquer um, sem consideração de tempo e lugar. As palavras "indivíduo" e "pessoa" são geralmente usadas aleatoriamente para designar o ser humano em geral. No entanto, esses dois termos (indivíduo e pessoa) serão usados aqui para caracterizar modos de ser da pessoa humana, bastante distintos um do outro, conforme apresenta o antropólogo Roberto da Matta (Da Matta apud Bezerra Jr., 1982). Esta questão será retomada mais adiante.

A princípio será feita uma breve referência a Dumont, sociólogo francês considerado o iniciador da teoria sobre o indivíduo. Em

seu estudo da sociedade indiana com hierarquia de castas, Dumont foi levado a formular a idéia de que a ideologia do igualitarismo e da liberdade, que permeia o conceito de indivíduo, não pode ser usada indiscriminadamente para qualquer sociedade (Bezerra Jr., 1982). A noção de indivíduo apresenta-se de modo implícito no imaginário do homem ocidental e tende a ser generalizada para todas as sociedades ou grupos como fruto do pensamento hegemônico da sociedade ocidental. É necessário compreender, a partir daí, a diferença estabelecida entre individualismo e holismo, fruto de organizações sociais distintas.

As sociedades tradicionais são baseadas na tradição hierárquica e na desigualdade entre as pessoas, onde cada membro está numa relação de complementaridade com os outros. O coletivo se sobrepõe ao individual. Nas sociedades consideradas modernas, o que se sobrepõe são as idéias de igualdade e liberdade, surgindo como correlato o indivíduo como ser autônomo, responsável pelos seus atos. Instala-se aí a oposição entre indivíduo e sociedade.

É desta forma que surge a noção de pessoa como distinta da noção de indivíduo, donde Da Matta (1981) elabora um quadro comparativo, citado anteriormente. O indivíduo é livre, autônomo, podendo determinar as regras sociais, sendo ele próprio determinado pela vivência familiar onde sua experiência individual é valorizada. A pessoa é percebida em uma relação de complementaridade com os demais membros da coletividade, não tendo escolhas, sendo determinada por regras sociais preexistentes a ela, onde a mitologia e as crenças coletivas são fundamentais para a compreensão de seu ser no mundo.

Não há pretensão de se apresentar aqui o modo como uma ideologia do individualismo surge como dominante no pensamento ocidental, apresentando-se como hegemônica nas sociedades modernas, embora, evidentemente, seja importante ressaltar que ela se constituiu historicamente num momento determinado e penetra de modo diferenciado nas várias sociedades ou grupos. A emergência histórica do individualismo é fundamental no sentido de determinar suas causas e seus efeitos.

Uma outra contribuição importante acerca da questão do indivíduo é apresentada por G. Simmel (Simmel apud Bezerra Jr., 1982). Simmel desenvolve a idéia de que as noções fundamentais que determinam, historicamente, o surgimento da teoria moderna do individualismo, são as de liberdade e desigualdade. É a partir dessas noções

que se tornou possível a constituição de uma singularidade pessoal como ideal a ser alcançado. Uma questão fundamental é a de que as duas concepções aqui apresentadas sobre a ideologia do individualismo (as de liberdade e igualdade e as de liberdade e desigualdade) continuam existindo nas sociedades modernas. Esse conceito de sociedade moderna pode, aliás, ser referido à distinção feita por Velho (1981) entre sociedade complexa e sociedade simples. Essa é uma distinção importante no sentido de comparar a diversidade cultural de uma determinada sociedade ou grupo. Com relação à noção de desigualdade de que Simmel nos fala, é ela que permite compreender o surgimento da idéia de singularidade psicológica como característica das sociedades modernas. Essa singularidade é determinada sobretudo pela quantidade diferente de estímulos oferecidos pelas sociedades complexas modernas aos seus indivíduos, determinando uma maior "flexibilidade".

Chega-se, então, ao ponto crucial de todo esse trabalho. Após essa análise sociológica indispensável, passa-se a enfatizar as idéias de Simmel: "na sociedade moderna a possibilidade de diferenciação individual fragmenta a identidade grupal, e ao mesmo tempo joga para o indivíduo o locus de referência" (Bezerra Jr., 1982, p. 59). O ego torna-se local privilegiado de identificações de um "si próprio" (Freud, 1976); no seio de uma sociedade complexa onde existe uma multiplicidade de valores, opções, crenças (referenciados por sistemas simbólicos diferenciados), o ser humano se individualiza e tenta adquirir uma singularidade pessoal como fruto da multiplicidade de opções. Essa é a característica fundamental do indivíduo, fruto da ideologia do individualismo moderno e que procura no referencial psicológico, colocado à disposição dos indivíduos através da oferta de psicoterapia e outros meios difundidos diferentemente em cada sociedade, a possibilidade de encontrar sua singularidade. O cliente que investe no benefício psicológico é este "sujeito desorientado" que procura, através da busca de um referencial existencial, algo que dê conta de sintetizar a diversidade com a qual ele se defronta na sociedade moderna; algo através do qual seja possível a garantia de uma singularidade.

Costa apresenta a noção de "identidade psicológica" com a qual ele procura tornar compreensível a forma como se constrói o distúrbio psíquico (Costa, 1989). A identidade psicológica estaria na raiz da identificação do ser humano; ela remeteria à forma primeira de

constituição da identidade, onde o elemento que tornaria possível a identificação com todos os outros seres humanos seria o signo primeiro, o falo, constituinte do "traço identificatório comum a todos os eus" (Costa, 1989, p. 22). Essa noção possibilita tomar-se a teoria psicanalítica como forma de investigação da singularidade, característica do indivíduo moderno. A identidade ego-narcísica, a formação da instância egóica propriamente dita, torna possível compreender a maneira como os indivíduos ou grupos constroem os atributos que os definem como identificados com os outros eus. É exatamente a impossibilidade dessa identificação que seria sentida como distúrbio.

DISCUSSÃO

Objetivou-se organizar nesse trabalho algumas idéias cruciais para a prática da psicoterapia. Evidentemente que algumas questões aqui expressas poderiam ser desenvolvidas com mais profundidade, porém, no momento, pretendeu-se apenas fazer um apanhado geral das questões envolvidas no assunto.

A investigação sobre a psicoterapia e a diversidade cultural permite que o psicoterapeuta tenha uma certa autonomia que torne possível o questionamento da teoria. É completamente impossível pensar que a teoria sobre a prática está sempre pronta, bastando procurar nos "manuais" o modo de fazer. Para saber fazer ou saber como fazer é preciso estabelecer uma interrogação contínua acerca do já dito, além de uma escuta também contínua acerca do "outro".

A discussão em torno de aspectos relacionados à prática psicoterápica possibilita redimensionar o lugar dos personagens que formam o par terapêutico: o cliente e o terapeuta. A posição metodológica da psicanálise baseada na intersubjetividade faz do terapeuta um dos elementos de análise.

A idéia de desenvolver esse trabalho esteve ligada a uma disciplina do curso de Psicologia da UFPA: "Prática Experimental de Pesquisa em Psicologia Clínica - Abordagem Psicodinâmica". A questão principal era pensar o atendimento psicoterapêutico a clientes de baixa renda, pois, teoricamente, era essa a proposta de atendimento da Clínica de Psicologia da UFPA, onde os alunos fariam estágio em clínica. A disciplina acima referida precede o estágio. Aliada a essa questão havia o interesse em analisar a diversidade cultural através do referen-

cial teórico psicanalítico.

A discussão em torno da pesquisa e da clínica psicanalítica prioriza de certa forma, a condição do próprio pesquisador. A posição metodológica da abordagem psicanalítica baseada na intersubjetividade faz do pesquisador e do clínico um dos elementos de análise. É desta maneira que, a partir da própria condição subjetiva do pesquisador, a pesquisa torna-se possível. O conhecimento só se dá pelo reconhecimento de uma diferença. Esse é o maior desafio, pois nossa condição narcísica nos impulsiona em direção contrária; aceitar o outro como diferente faz parte de um processo onde essa aceitação passa, necessariamente, pela aceitação de algo em si próprio que, a princípio, é inaceitável à consciência.

O que se apresenta nesse trabalho é essa possibilidade de poder conceber um conhecimento possível de fundamentar uma prática psicoterápica para uma população de baixa renda, em Belém do Pará. Este artigo foi escrito para os alunos do curso de psicologia da UFPA, sobretudo para aqueles que se apaixonaram pelo referencial psicanalítico. Existe um difícil caminho a percorrer no sentido da produção de conhecimento, pela dificuldade de lidar com a alteridade. Vale a pena tentar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERNSTEIN, B. Classe social, sistemas de fala e psicoterapia. In: FIGUEIRA S. A. (Org.). *Psicanálise e ciências sociais*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1980.
- BEZERRA JÚNIOR, B. *A Noção de indivíduo: reflexões sobre um implícito pouco pensado*. Rio de Janeiro, 1982. Dissertação (Mestrado), Instituto de Medicina Social/UERJ.
- BOLTANSKI, L. *As classes sociais e o corpo*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- COSTA, J. F. Psicoterapia e doenças dos nervos. In: COSTA, J. F. *Psicanálise e contexto cultural*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- DA MATTA, R. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- DUARTE, L. F. & ROPA, D. Considerações teóricas sobre a questão do atendimento psicológico às classes trabalhadoras. In: FIGUEIRA, S. A. *Cultura da psicanálise*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1985.

- FIGUEIRA, S. A. Notas introdutórias ao estudo das terapêuticas; 1: Lévi-Strauss e Peter Berger, In: FIGUEIRA, S. A. *Sociedade e doença mental*. Rio de Janeiro: Campus, 1978.
- FIGUEIRA, S. A. *O contexto social da psicanálise*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1981.
- FREUD, S. *Sobre o narcisismo: uma introdução*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- LÉVI-STRAUSS, C. *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.
- LO BIANCO, A. C. *Psicanálise e sociedade*. Monografia apresentada no Curso de Especialização em Teoria Psicanalítica do Departamento de Psicologia Clínica da UFPA. Belém, 1992.
- SIMMEL, G. A. *Metrópole e a vida mental*. In: VELHO, O. *O fenômeno urbano*. 4. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- PASTORI, S. *A experiência do Riacho Doce: processo de construção de identidade do migrante em Belém*. Belém, 1994. Relatório de Pesquisa.
- VELHO, G. *Individualismo e cultura*. Rio de Janeiro. Zahar, 1981.

Freud e o Método Científico

Maiolino Miranda
Departamento de Psicologia Clínica/CFCH/UFPA

Resumo: O autor analisa a complexidade de conceituação da Psicanálise e a dificuldade de submetê-la a uma metodologia científica, usando procedimentos convencionais, em virtude de sua natureza multifacetada, isto é, simultaneamente uma Teoria de Estruturação da Personalidade, uma técnica de Investigação de fenômenos inconscientes, uma Terapia de Conflitos Inconscientes e uma *Weltanschauung*. Discute, ainda, a necessidade de adequar o método científico ao objeto de estudo; no caso da Psicanálise, sugere que sua contribuição compreensiva é mais enriquecedora.

Palavras-chave: psicanálise, cultura, método científico, ciências exatas e ciências humanas.

Freud and Scientific Method

Abstract: The complexity involved in conceptualizing psychoanalysis, and the difficulty of subjecting the theory to scientific methodology is analysed. Due to its multifaceted nature, psychoanalysis is at the same time a theory of personality structure, a technique for investigating unconscious phenomena, a therapy for unconscious conflicts, and a *Weltanschauung*. The necessity of adjusting the scientific method to the object under study is also discussed along with the suggestion that as a comprehensive theory, psychoanalysis provides an enriched contribution.

Key Words: psychoanalysis, culture, scientific method, exact sciences, humanities.

A cultura ocidental comemora neste ano de 1995 o centésimo aniversário do advento da Psicanálise. O que Sigmund Freud representa hoje, na História do Pensamento Universal?

Em Freud, Vida e Obra se completam (Jones, 1970). Autor de uma obra complexa, controversa mas original, tem sido objeto de estudo crítico, mais ou menos apaixonado, não esgotando as possibilidades interpretativas, daí seu valor heurístico. Neste artigo, não pretendemos realizar uma análise da psicanálise. Outros especialistas da própria área ou de áreas afins já o tentaram, com maior ou menor êxito. Nosso objetivo é assinalar alguns aspectos controversos que marcaram a gênese e evolução da Psicanálise, contribuindo assim para